

Resenha

Universidade administrada e ideologia da competência no Brasil contemporâneo

Maurício Silva*

CHAUÍ, Marilena. *A ideologia da competência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Autêntica, 2014 (Escritos de Marilena Chauí, 3).

Poucas pensadoras brasileiras contemporâneas possuem um discurso assentado, ao mesmo tempo, em conhecimento teórico e prático tão sólidos e em coragem para expor suas opiniões de modo tão assertivo como a filósofa e socióloga Marilena Chauí.

Seu mais recente livro (*A ideologia da competência*), parte de uma coleção organizada por André Rocha, doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo, demonstra, de modo cabal, a veracidade desta afirmação. Composto por textos anteriormente publicados em diferentes meios de comunicação e, agora, compilados de modo a dar, se não mais consistência e visibilidade, ao menos mais organicidade ao seu pensamento, o livro foi idealizado como um conjunto de textos de dialogam entre si e se complementam, tendo como elemento norteador de todos eles o profícuo conceito, forjado pela professora, de *ideologia da competência*.

O livro se inicia com uma entrevista concedida à revista *Caros Amigos* (São Paulo, 1999), em que a autora, além de falar de sua formação e vida profissional e acadêmica, busca criticar o que chama de *discurso competente*, inserindo sua crítica no contexto do autoritarismo e da dominação. Nesta mesma entrevista, a autora trata, ainda, por exemplo, da questão da universidade brasileira, que passa de uma universidade crítica (anos 1960) para uma universidade funcional, basicamente atuando para o mercado de trabalho (anos 1970) e uma universidade de resultados, que se deve mostrar produtiva (anos 1980), até chegarmos, atualmente, a uma universidade operacional, tida como uma organização social que vincula produtividade e especialização, fragmentando a atividade universitária e hierarquizando qualidade e recursos (anos 1990). Em suma, nesta entrevista, a autora afirma, de modo geral, sobre a *ideologia da competência*:

o neoliberalismo fragmentou o mundo do trabalho e a sociedade, deu ao mercado a chave da suposta racionalidade do mundo, fez da competição individual a condição da existência bem-sucedida, fortaleceu a ideologia da competência ou a divisão social entre os que supostamente sabem e devem mandar e os que não sabem e por isso devem obedecer, introduziu o desemprego estrutural e a divisão, em todos os países, entre a opulência jamais vista e a miséria jamais vista. A isso corresponde a ideologia pós-moderna que elogia o fragmentado, o efêmero e o contingente, considera as ideias modernas da racionalidade e história mitos totalitários, substituindo-as pelo elogio do imediato, do aqui e agora, e faz o elogio da intimidade narcísica solitária (p. 50).

Já nos artigos do livro, a autora procura tratar mais diretamente do que chamou de *ideologia da competência*, começando por uma definição do próprio conceito de *ideologia*:

a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção econômica. Pelo contrário, a função da ideologia é ocultar a divisão social das classes, a exploração econômica, a dominação política e a exclusão social, oferecendo aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, fundada em referenciais identificadores, como a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação” (p. 54).

Neste contexto, a divisão social do trabalho faz-se pela separação entre competentes (destinados a dirigir) e incompetentes (destinados a executar). Isso é particularmente perceptível nas sociedades atuais, que se baseiam no uso competitivo do conhecimento (daí o nome *sociedade do conhecimento*), levando à complexificação da divisão

* Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Nove de Julho (São Paulo). Doutor pela Universidade de São Paulo.

de classes, já que, agora, considera-se também a divisão entre os que possuem poder porque possuem saber e os que não possuem poder porque não possuem saber. Daí, portanto, a instauração da *ideologia da competência* que, ao afirmar que a divisão social se faz entre competentes e incompetentes, oculta a real divisão, de natureza social, política, econômica e cultural.

Para a autora, o *discurso competente* é aquele proferido pelo especialista, que ocupa uma posição determinada na hierarquia organizacional, fundando-se, portanto, na desigualdade entre os que sabem (os que dominam a tecnologia, por exemplo) e os que não sabem. Gera, assim, a competição, uma competição que, no final das contas, é alimentada pelas universidades, na medida em que estas se voltam, cada vez mais, para a oferta de “condições” para esta competição, da qual a busca pelos diplomas é apenas um dos sintomas.

Falando, assim, especificamente sobre a universidade (a que chama de *universidade administrada*), a autora a critica nos seguintes termos:

creio que a universidade tenha hoje um papel que alguns não querem desempenhar, mas que é determinante para a existência da própria universidade: criar incompetentes sociais e políticos, realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho, isto é, parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento, de modo a bloquear toda tentativa concreta de decisão, controle e participação, tanto no plano da produção material quanto no da produção intelectual. Se a universidade brasileira está em crise é simplesmente porque a reforma do ensino inverteu seu sentido e finalidade – em lugar de criar elites dirigentes, está destinada a adestrar mão de obra dócil para um mercado sempre incerto (p. 62).

A autora discute, nesse contexto, as reformas universitárias, desde a feita pelo Ato Institucional n. 5 e pelo Decreto 477 (1968), a partir da qual a universidade perdeu seu poder de contestação externa e interna para atender às demandas da classe média – tudo isso teria resultado, segundo a autora, na departamentalização, na unificação do vestibular, na fragmentação da graduação etc. Outros resultados, agora de longo prazo, ocorreram a partir dessas reformas, entre eles a massificação do ensino superior:

costumamos dizer que houve massificação do ensino universitário porque aumentou o número de estudantes e abaixou o nível dos cursos, rebaixamento que se deve não apenas à desproporção entre corpo docente e quantidade de alunos, mas também ao estado de degradação do ensino médio. O fato de que o elemento quantitativo predomina sobre todos os aspectos (desde a proporção inteiramente arbitrária que se estabelece entre o número de alunos por professor, sem nenhuma consideração sobre a natureza do curso a ser ministrado, até o sistema de créditos por horas-aula) é suficiente para aquilatar a massificação. Porém, há um ponto que nossas análises costumam deixar na sombra, a saber, que a ideia de massificação tem como pressuposto uma concepção elitista do saber. Com efeito, se a reforma pretendeu atender às demandas sociais por educação superior, abrindo as portas da universidade, e se com a entrada das “massas” na universidade não houve crescimento proporcional da infraestrutura de atendimento (bibliotecas, laboratórios) nem do corpo docente é porque está implícita a ideia de que para a “massa” qualquer saber é suficiente, não sendo necessário ampliar a universidade de modo a fazer que o aumento da quantidade não implicasse a diminuição da qualidade (p. 66).

Ainda nesse contexto, a autora chama a atenção para o fato de que três ideias nortearam as reformas universitárias: o vínculo da educação à segurança nacional, ao desenvolvimento econômico nacional e à integração nacional, três pilares que sustentaram ideologicamente a ditadura no Brasil. Além disso, a educação passou a ser concebida como um investimento que deve gerar lucro, donde a ênfase nos cursos profissionalizantes (ensino médio) e licenciaturas (ensino superior). Dessa maneira, “desvinculando educação e saber, a reforma da universidade revela que sua tarefa não é produzir e transmitir a cultura (dominante ou não, pouco importa), mas treinar os indivíduos, a fim de que sejam produtivos para quem for contratá-los. A universidade adentra a mão de obra e fornece força de trabalho” (p. 67). Em suma, pode-se afirmar que “a universidade está estruturada segundo o modelo organizacional da grande empresa, isto é, tem o rendimento como fim, a burocracia como meio e as leis do mercado como condição” (p. 70). Esse modelo organizacional, que pressupõe, entre outras coisas, uma divisão do trabalho (serviços administrativos, docência e produção de pesquisa), adensa o processo de fragmentação da universidade. Esta fragmentação tem como objetivo o controle, e como consequência a imposição das ideias de especialização e de competência, tudo medido pelo rendimento e pela eficácia.

Finalmente, analisando a vinculação da ideologia neoliberal à universidade, a autora resume a definição do neoliberalismo como “o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado” (p. 88). Ao neoliberalismo, completa, corresponde um imaginário social a que chama de *ideologia da competência*, cujo subproduto principal é o *pós-modernismo*, que realiza, na sua opinião, três grandes inversões ideológicas: substitui a lógica da produção pela da circulação (donde a ideia de que, nas universidades, a avaliação não deve ser feita pela qualidade do trabalho mas pela quantidade de circulação); substitui a lógica do trabalho pela da comunicação (donde a ideia de que as escolas não precisam ter professores bem formados e bem pagos, basta ter bons televisores e computadores); substitui a lógica da luta de classes pela da relação dos

indivíduos com o consumo. É dentro dessas “lógicas”, demonstra a autora, que a educação brasileira se desenvolve, em especial a universidade, que “vem aplicando, de modo acríptico e desastrado, os critérios organizacionais usados pelas empresas, imitando – e muito mal – procedimentos ligados à lógica do mercado, portanto, uma aberração científica e intelectual, quando aplicados à docência e à pesquisa” (p. 100). Tudo isso com diversas consequências negativas para a própria universidade, que vão desde despojá-la de suas especificidades (a diversidade e a pluralidade, por exemplo) até a alocação de recursos a partir de uma avaliação quantitativa de sua produção, entre outras coisas. Tudo isso, ainda, leva a universidade a uma distorção que a restringe como um campo de luta em que se busca, basicamente, a produtividade e a competitividade.

Escrevendo contra o discurso competente, a autora lembra que, nas sociedades contemporâneas, ocorre o fenômeno da formação de pessoas competentes, tendo como contrapartida a aparição dos incompetentes sociais. Nesse contexto, o *competente* seria “aquele que possui um saber determinado, institucionalmente reconhecido, graças ao qual pode não só falar e agir pelos outros, mas ainda, sobretudo, excluir outros do direito de ser sujeitos de seus discursos e de suas ações” (p. 113). Já o *incompetente* seria

aquele que foi expropriado de sua condição de sujeito e convertido em objeto do saber e da prática dos competentes. Sob a auréola da neutralidade e da objetividade dos conhecimentos técnico-científicos, a competência é um poderoso elemento ideológico para justificar (ocultando) o exercício da dominação (p. 113).

Assim, por meio do conhecimento dividido em especialidades e da hierarquização burocrática dos especialistas, nossa sociedade produziu, por toda parte, a incompetência. Outro problema observado é que o excesso de ideologia competente (esse *mito da competência*) acaba gerando a falta real de competência de que o país tanto precisa, uma vez que tal mito se define como: a) divisão do conhecimento em especialidades fragmentadas; b) transformação das especialidades em propriedade de especialistas e em direito de controle do conhecimento; c) uso desse poder para intimidação social e política. Em suma:

a ideologia e o mito da competência são o uso do conhecimento para criar incompetentes sociais, desqualificando os que possam realmente saber e fazer, justificando, assim, a exploração econômica, a dominação política e a exclusão cultural de uma parte da sociedade por outra. A ideologia da competência, negação da competência real, garante a alguns o direito de dirigir, controlar, manipular e punir os demais, reduzidos a meros executantes de ordens cujo fim, sentido e origem permanecem secretos. Esse mito transforma a capacidade real do processo de conhecimento em alibi para mandar e desmandar (p. 117).

Tratando, num longo capítulo, da mídia e suas relações com o poder, a autora aborda a atuação dos *mass media* na sociedade contemporânea, a partir da ideia de *simulacro*: as noções de verdade e falsidade, nesse contexto, teriam sido substituídas pelas de plausibilidade e confiabilidade e as informações teriam sido substituídas pelas preferências que, logo, transformar-se-iam em propaganda. Nesse universo dos *mass media*, a vida privada (opiniões, entrevistas, debates etc.) teria prioridade sobre a vida pública, e as relações interpessoais e grupais, sobre a vida social. Finalmente, a *opinião pública* (esta “expressão, no espaço público, de uma reflexão individual ou coletiva”, p. 127), essencial para a democracia, perderia espaço para a manifestação pública de sentimentos. O jornalismo, por exemplo, com suas informações rápidas, com seus textos opinativos, assentados na plausibilidade e na credibilidade, tornou-se, assim, o “protagonista da destruição da opinião pública” (p. 130).

A cultura de massa, ainda nesse contexto, apropriar-se-ia das obras culturais, transformando-as em simulacros e em entretenimento (espetáculo), seguindo a lógica do consumo e instaurando o *mercado cultural*. Também promove uma invasão de valores que se define nos seguintes termos: “a arte não se democratizou, massificou-se e transformou-se em distração e diversão para as horas de lazer” (p. 143). Em outras palavras:

sob o poderio do capital, as obras de arte críticas e radicais foram esvaziadas para se tornar entretenimento; e outras passaram a ser produzidas para celebrar o inexistente, em lugar de compreendê-lo, criticá-lo e propor outro futuro para a humanidade. A força de conhecimento, crítica e invenção das artes ficou reduzida a algumas produções da arte erudita – a arte de vanguarda – e da chamada “arte de protesto”, enquanto todo o restante foi destinado a um consumo rápido, transformando-se em sinal de *status* social e prestígio para artistas e consumidores e em forma de controle social pelos proprietários privados dos meios de comunicação de massa (p. 144).

A partir dessas considerações gerais, a autora analisa, mais especificamente, os meios de comunicação, com destaque para a propaganda (com sua capacidade de esvaziar as opiniões críticas ou radicais, transformando tudo em moda passageira), para o rádio e a televisão (promotores da desconcentração, da infantilização e do narcisismo do público), para a informática e a multimídia (com a supervalorização da imagem) etc. Finalmente, a autora discute a relação entre os meios de comunicação e o poder.

Escritos de uma perspectiva crítica aguçada e consciente, os textos de Marilena Chauí compilados por André Rocha são referência mais do que necessária para se pensar o Brasil em tempos de transformação, e a humanidade diante da barbárie contemporânea.